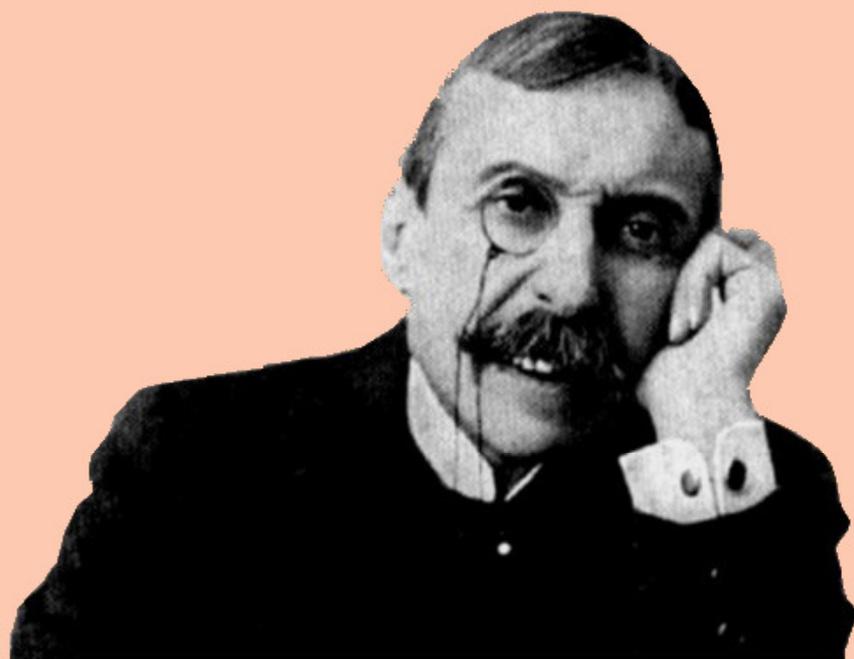


Prosa *Poeteiro* Verso
Iba Mendes

Literatura



Eça de Queirós
A Catástrofe
Conto



Iba Mendes
www.poeteiro.com

Eça de Queirós

A Catástrofe

Conto

Publicado postumamente em 1925.

**José Maria de Eça de Queirós
(1845 – 1900)**

“Projeto Livro Livre”

Livro 114



Poeteiro Editor Digital
São Paulo - 2014
www.poeteiro.com



Projeto Livro Livre

O “Projeto Livro Livre” é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, de forma livre e gratuita, de obras literárias já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital.

No Brasil, segundo a Lei nº 9.610, no seu artigo 41, os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento. O mesmo se observa em Portugal. Segundo o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, em seu capítulo IV e artigo 31º, o direito de autor caduca, na falta de disposição especial, 70 anos após a morte do criador intelectual, mesmo que a obra só tenha sido publicada ou divulgada postumamente.

O nosso Projeto, que tem por único e exclusivo objetivo colaborar em prol da divulgação do bom conhecimento na Internet, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por alguma razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza que nos informe, a fim de que seja devidamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso aos bens culturais. Assim esperamos!

Até lá, daremos nossa pequena contribuição para o desenvolvimento da educação e da cultura, mediante o compartilhamento livre e gratuito de obras sob domínio público, como esta, do escritor português Eça de Queirós: “*A Catástrofe (Conto)*”.

É isso!

Iba Mendes
iba@ibamendes.com

BIOGRAFIA

José Maria de Eça de Queirós nasceu em 25 de novembro de 1845, numa casa da Praça do Almada na Póvoa de Varzim, no centro da cidade; foi batizado na Igreja Matriz de Vila do Conde. Filho de José Maria Teixeira de Queirós, nascido no Rio de Janeiro em 1820, e de Carolina Augusta Pereira d'Eça, nascida em Monção em 1826. O pai de Eça de Queirós, magistrado e par do reino, convivia regularmente com Camilo Castelo Branco, quando este vinha à Póvoa para se divertir no Largo do Café Chinês.

Eça de Queirós foi batizado como “filho natural de José Maria d'Almeida de Teixeira de Queirós e a mãe era Carolina Augusta Pereira de Eça”.

Uma das teses para tentar justificar o fato dos pais do escritor não se terem casado antes do nascimento deste sustenta que Carolina Augusta Pereira de Eça não teria obtido o necessário consentimento da parte de sua mãe, já viúva do coronel José Pereira de Eça. De fato, seis dias após a morte da avó que a isso se oporia, casaram-se os pais de Eça de Queirós, quando o menino tinha quase quatro anos. Eça por sua vez apresenta episódios incestuosos em criança relatados no diário de sua prima. Por via dessas contingências foi entregue a uma ama, aos cuidados de quem ficou até passar para a casa de Verdemilho em Aradas, Aveiro, a casa da sua avó paterna. Nessa altura, foi internado no Colégio da Lapa, no Porto, de onde saiu em 1861, com dezesseis anos, para a Universidade de Coimbra, onde estudou Direito. Além do escritor, os pais teriam mais seis filhos.

O pai era magistrado, formado em Direito por Coimbra. Foi juiz instrutor do célebre processo de Camilo Castelo Branco, juiz da Relação e do Supremo Tribunal de Justiça, presidente do Tribunal do Comércio, deputado por Aveiro, fidalgo cavaleiro da Casa Real, par do Reino e do Conselho de Sua Majestade. Foi ainda escritor e poeta.

Em Coimbra, Eça foi amigo de Antero de Quental. Os seus primeiros trabalhos, publicados avulso na revista "Gazeta de Portugal", foram depois coligidos em livro, publicado postumamente com o título *Prosas Bárbaras*.

Em 1866, Eça de Queirós terminou a Licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra e passou a viver em Lisboa, exercendo a advocacia e o jornalismo. Foi diretor do periódico *O Distrito de Évora* e colaborou em publicações periódicas como a *Feira da Ladra* (1929-1943), *A imprensa* (1885-1891) e *Ribaltas e gambiarras* (1881). Porém, continuaria a colaborar esporadicamente em jornais e revistas ocasionalmente durante toda a vida. Mais tarde fundaria a *Revista de Portugal*.

Em 1869 e 1870, Eça de Queirós fez uma viagem de seis semanas ao Oriente (de 23 de outubro de 1869 a 3 de janeiro de 1870), em companhia de D. Luís de Castro, 5.º conde de Resende, irmão da sua futura mulher, D. Emília de Castro, tendo assistido no Egito à inauguração do canal do Suez: os jornais do Cairo referem “Le Comte de Rezende, grand amiral de Portugal et chevalier de Queirós”. Visitaram, igualmente, a Palestina. Aproveitou as notas de viagem para alguns dos seus trabalhos, o mais notável dos quais: *O mistério da estrada de Sintra*, em 1870, e *A relíquia*, publicado em 1887. Em 1871, foi um dos participantes das chamadas Conferências do Casino.

Em 1870 ingressou na Administração Pública, sendo nomeado administrador do concelho de Leiria. Foi enquanto permaneceu nesta cidade, que Eça de Queirós escreveu a sua primeira novela realista, *O Crime do Padre Amaro*, publicada em 1875.

Tendo ingressado na carreira diplomática, em 1873 foi nomeado cônsul de Portugal em Havana. Os anos mais produtivos de sua carreira literária foram passados em Inglaterra, entre 1874 e 1878, durante os quais exerceu o cargo em Newcastle e Bristol. Escreveu então alguns dos seus trabalhos mais importantes, como *A Capital*, escrito numa prosa hábil, plena de realismo. Manteve a sua atividade jornalística, publicando esporadicamente no *Diário de Notícias*, em Lisboa, a rubrica “*Cartas de Inglaterra*”. Mais tarde, em 1888 seria nomeado cônsul em Paris.

Seu último livro foi *A Ilustre Casa de Ramires*, sobre um fidalgo do século XIX com problemas para se reconciliar com a grandeza de sua linhagem. É um romance imaginativo, entremeado com capítulos de uma aventura de vingança bárbara que se passa no século XII, escrita por Gonçalo Mendes Ramires, o protagonista. Trata-se de uma novela chamada *A Torre de D. Ramires*, em que antepassados de Gonçalo são retratados como torres de honra sanguínea, que contrastam com a lassidão moral e intelectual do rapaz.

Aos 40 anos casou com Emília de Castro, com quem teve 4 filhos: Alberto, Antônio, José Maria e Maria.

Morreu em 16 de Agosto de 1900 na sua casa de Neuilly-sur-Seine, perto de Paris. Teve funeral de Estado, estando sepultado em Santa Cruz do Douro.

Foi também o autor da *Correspondência de Fradique Mendes* e *A Capital*, obra cuja elaboração foi concluída pelo filho e publicada, postumamente, em 1925. Fradique Mendes, aventureiro fictício imaginado por Eça e Ramalho Ortigão, aparece também no *Mistério da Estrada de Sintra*. Seus trabalhos foram traduzidos em aproximadamente vinte línguas.

Obras: O Mistério da Estrada de Sintra (1870), O Crime do Padre Amaro (1875), A Tragédia da Rua das Flores (1877-78), O Primo Basílio (1878), O Mandarim (1880), As Minas de Salomão (1885) (tradução), A Relíquia (1887), Os Maias (1888), Uma Campanha Alegre (1890-91), O Tesouro (1893), A Aia (1894), Adão e Eva no paraíso (1897), Correspondência de Fradique Mendes (1900), A Ilustre Casa de Ramires (1900), A Cidade e as Serras (1901, póstumo), Contos (1902, póstumo), Prosas Bárbaras (1903, póstumo), Cartas de Inglaterra (1905, póstumo), Ecos de Paris (1905, póstumo), Cartas familiares e bilhetes de Paris (1907, póstumo), Notas contemporâneas (1909, póstumo), Últimas páginas (1912, póstumo), A Capital (1925, póstumo), O Conde de Abranhos (1925, póstumo), Alves & Companhia (1925, póstumo), Correspondência (1925, póstumo), O Egito (1926, póstumo), Cartas inéditas de Fradique Mendes (1929, póstumo), Eça de Queirós entre os seus - Cartas íntimas (1949, póstumo).

*Wikipédia
Janeiro, 2014*

Eu moro à esquina do Largo do Pelourinho, justamente defronte do Arsenal.

Já antes da guerra e dos nossos desastres, eu ali vivia, no segundo andar, à direita. Nunca gostei do sítio: sem ser bucólico, a minha ambição foi sempre habitar longe destes arruamentos tristes da baixa, num bairro de mais ar e de mais horizonte, com um quintal, uma frescura de folhagem e alguns metros de terra, onde, num rumorejar de árvores, pudesse ter roseiras e acolher pássaros nas tardes de Verão.

Mas quando herdei de minha tia Petronilha, comprei esta casa, defronte do Arsenal. Estes prédios são, por causa das lojas e dos armazéns, casas de maior rendimento do que as dos outros bairros, e, como emprego de capital, um prédio na Baixa é mais vantajoso do que uma casa bonita em Buenos Aires ou no bairro das Janelas Verdes. Foi pelo menos o que me disseram proprietários experientes.

De resto, eu tencionava alugar o prédio e ir habitar, com os meus, uma casinha pequena, alegre e fresca, que tinha apetecido para os lados do Vale de Pereiro. Mas quando vieram as nossas desgraças e o exército inimigo ocupou Lisboa, a necessidade de economia, os tempos tão difíceis, forçaram-me a abandonar esse plano de viver no campo, e agora aqui estou, neste triste segundo andar do Largo do Pelourinho, defronte do Arsenal.

Em má hora vim eu para aqui. Porque creio que esta vizinhança do Arsenal me tem feito sentir com uma intensidade maior todas as amarguras da invasão. Os que vivem para Buenos Aires, para as Janelas Verdes, para Vale de Pereiro, sofrem decerto, dolorosamente, da presença dum exército estrangeiro em Lisboa. Ainda que o primeiro terror passou, que a cidade vai retomando pouco a pouco a sua fisionomia ordinária, que circulam as tipóias e os trâmueis, pesa todavia o que quer que seja de doloroso sobre a cidade: o ar está carregado de qualquer coisa de subtil e opressivo, como uma atmosfera intolerável que circula nas praças, penetra nas casas, muda o gosto à água, faz parecer o gás menos claro, deposita na alma uma tristeza contínua, obcecante.

Às vezes, quando uma pessoa sai, e ocupada nalgum negócio, distraída por ele, se esquece do grande desastre que nos envolve basta, a uma esquina, a presença dum uniforme inimigo, para fazer imediatamente recair na alma, com um peso de penedo, a ideia da derrota e do fim da Pátria. Não sei o que é, mas, por exemplo, desde que no alto de algum edifício flutua a bandeira estrangeira, parece que este azul já não é o do nosso céu, e tem alguma coisa duma bruma lutuosa.

Contudo, noutros prédios, noutros bairros, basta a gente isolar-se em casa, para se subtrair a esta desolação ambiente!

Já que não há pátria, há família: fecham-se as portas, reúnem-se todos na sala, em volta do candeeiro doméstico; conversa-se. A recordação das desgraças oferece como um alívio pungente e a perspectiva da esperança ilude como uma felicidade passageira; lembram-se os amigos, os conhecidos que morreram bravamente na batalha; às vezes a recordação dum feito heróico dá como a sensação da honra conservada; depois, em redor do candeeiro, baixo, numa palpitação de todo o ser, há uma pequena conspiraçãozinha em família!

E o sonho da desforra faz suportar a realidade da catástrofe...

Mas a mim, nem sequer me é dado este isolamento: porque a não ser que feche as janelas, que me enterre numa treva constante, que viva à luz do gás quando o sol de Julho faísca lá fora, não posso deixar de ver diante de mim, como um memento odioso, à porta do Arsenal, a sentinela estrangeira pisando a terra da Pátria....

E é justamente esta sentinela que me indigna: decerto outros uniformes estrangeiros, todos esses oficiais dos couraçados que estão no ancoradouro, passam a toda a hora, na insolência brilhante das suas fardas espetaculosas... Pois bem, esses não me irritam... Há naquele vaivém de oficiais alguma coisa de apressado, de inquieto, que me dá a ideia duma ocupação transitória, de esquadras que vão levantar ferro, de humilhações que vão partir para sempre.

Mas aquela sentinela, eterna, que me parece sempre a mesma, tem um ar de estabilidade, de perpetuidade que me faz o coração negro. Cada passada que ela dá com a sua dura sola, cai-me com um eco lúgubre na alma, e no seu monótono passeio, de guarita a guarita, dá-me a sensação de que nunca deixará de haver, sobre a terra portuguesa, uma sentinela estrangeira.

E não me posso arrancar a este espetáculo! Pela manhã, ao fazer a barba, fico de navalha no ar, a face coberta de flocos de espuma, espantado para o pequeno soldado, que parece entrouxado no capotão azul, com o boné de couro envernizado e a arma ao ombro... uma daquelas armas que alcançavam o dobro das nossas, e que ceifavam de longe, nas linhas de defesa, regimentos inteiros.

De modo que, agora, já conheço quase todas as sentinelas do Arsenal. Durante algum tempo, foram soldados de marinha; agora são geralmente do 15 de Linha. Mas há sobretudo um tipo de soldado que me indigna: é o rapagão robusto, sólido, bem plantado sobre as pernas, de cara decidida e olhos reluzentes; penso sempre: foi este que nos venceu! Não sei porquê, lembrando-

me do nosso próprio soldado, bisonho, sujo, encolhido, enfezado do mau ar dos quartéis e da insalubridade dos ranchos – vejo nessa superioridade de tipo e de raça toda a explicação da catástrofe.

Antigamente, antes da invasão, raras vezes pensei em observar a sentinela do Arsenal: lembra-me, porém, de a ter visto, por acaso, ao chegar à janela: se chovia, era certo descobri-la encolhida na guarita, fixando um olho apagado e triste sob o caudal de água; se fazia calma, era o seu andar, o seu derreado de ombros que me impressionavam... era a moleza lenta do passo, uma expressão contínua e evidente de tédio e de fadiga; e depois, ao fim de duas horas de serviço, era um derreamento maior, um embrutecimento, uma maneira lorpa de fixar tudo – os bois, os americanos, as varinas apregoando peixe, os vendilhões, a tenda defronte – que tornavam visível a falta de nervo, de vigor, de fixidez disciplinada, de firmeza, de persistência. E esta visão do nosso soldado, parece-me então alargar-se e abranger toda a cidade, todo o País! Foi esta sonolência lúgubre, este tédio, esta falta de decisão, de energia, esta indiferença cínica, este relaxamento da vontade, creio, que nos perderam...

Ainda hoje me soam aos ouvidos as acusações tantas vezes repetidas do tempo da luta: não tínhamos exército, nem esquadra, nem artilharia, nem defesa, nem armas!... Qual! O que não tínhamos era almas... Era isso que estava morto, apagado, adormecido, desnacionalizado, inerte... E quando num Estado as almas estão envilecidas e gastas – o que resta pouco vale...

Nunca me há-de esquecer a impressão que tive, no dia em que soube que a guerra nos havia sido declarada e que estavam reunidas tropas organizadas de antemão, para a invasão, pelo sul e pelo norte.

Fazia anos o meu pobre amigo Nunes, que morava então ao Rossio. Desde a tarde que um pânico pairava sobre a cidade, porque a verdade é que, mesmo desde que estalara na Europa a guerra, tão violentamente provocada pela Alemanha, invadindo a Holanda, nunca em Lisboa, pelo menos na maioria do público, houvera o receio de que a coisa chegasse cá ao nosso canto, como então se dizia.

Nem mesmo quando o velho Salisbury, quase no seu leito de morte, lançou o seu grande manifesto e declarou a guerra à Alemanha, e quando vimos assim a nossa única protetora tão ocupada numa luta no Norte, nos consideramos em perigo. E todavia parecia ter chegado o dia terrível em que podiam desaparecer da Europa as pequenas nacionalidades!... Por isso, ao ser, nessa tarde fatal, anunciada oficialmente a entrada dum exército inimigo na fronteira, toda a cidade ficou como petrificada, num desvairamento de terror.

O primeiro movimento da população foi correr às igrejas! Já se imaginava ver os regimentos inimigos espalhando-se pelas ruas... Não creio mesmo que tivesse havido a ideia duma resistência séria. Disse-se, é certo, que tentaríamos dar uma batalha junto a Caminha, ou em Tancos, unicamente para mostrar à Europa que tínhamos ainda alguma vitalidade: mas era apenas uma demonstração, porque a ideia seria recolhermos às linhas de Torres Vedras e defender Lisboa. Eu, de resto, não estava nos segredos do Estado-Maior nem do Governo, e apenas sei o que se dizia nos grupos que enchiam as ruas, apavorados, falando baixo.

Nessa noite fui ao Rossio. O Nunes dava uma soirée... Na sala pesava a mesma tristeza soturna da rua. Havia nas faces, nas vozes, como que uma expressão desvairada de espanto e de terror: uma singular maneira de perguntar – então? com os olhos muito abertos nas faces pálidas...

Apesar de haver duas salas, a de visitas e uma outra onde se jogava, estavam todos aglomerados em redor do sofá, como um rebanho que sente o lobo... A dona da casa, que tinha um filho militar em Tancos, apesar do seu vestido azul, decotado, mostrava uma face de pasmo e os olhos vermelhos e inchados... Chorara todo o dia. E nas mulheres, nos homens, havia como que um abatimento invencível, na aceitação muda da derrota futura, na passividade inerte das almas fracas... Como não se sabiam notícias, os boatos eram absurdos; a todo o momento se faziam silêncios, silêncios lúgubres, que davam a sensação do recolhimento cerimonioso dos dias de enterro. O Nunes, coitado, muito pálido, ia ao acaso pela sala, com as abas da casaca a bater, esfregando nervosamente as mãos, querendo distrair-nos daquelas preocupações dolorosas, propondo que se fizesse alguma coisa. Houve o pedido duma quadrilha... Sentou-se uma senhora ao piano, mas os primeiros compassos dos lanceiros soaram, perderam-se no sussurro geral das conversas apavoradas: ninguém tirou par – não se dançou... Alguém lembrou um jogo de prendas, uma charada figurada: faces espantadas sorriam, murmuravam com esforço:

– Vamos a isso, não era mau...

Mas ficava-se sentado, com as mãos inertes, os pés parados.

Eu vim para a sala de jogo conversar com alguns sujeitos. Havia jornalistas, magistrados, políticos, e agora, através das frases, sentia-se em todos, o abatimento das almas. Ninguém acreditava na resistência possível, e, diante do perigo, o egoísmo erguia-se feroz e brutal. O ódio ao inimigo era violento – menos pela perda possível da Pátria livre do que pelos desastres particulares que traria a derrota: um, tremia pelo seu emprego, outro, pelo juro das suas inscrições. Até aí o Estado dera o pão ao País, e na perda do Estado, via-se o fim

do pão de cada dia. Mas esta indignação em frases parecia esgotar toda a quantidade de patriotismo que podiam dar aquelas almas: porque em cada proposta que sugeriam as frases aterradas – ceder as colônias em troca duma aliança inglesa imediata, ou fazer a cessão de duas províncias – havia, no fundo, a ideia imutável da capitulação, o horror da luta, a ansiedade de não perder o emprego, o terror de perder as inscrições! E, de resto, cada um, sentindo a fraqueza egoísta da sua alma, julgava instintivamente o País tomado do mesmo abatimento. A ideia dum levantamento em massa, da criação de uma guarda-móvil, de milícias, era recebida com um encolher de ombros: para quê? Não se pode fazer nada! Somos esmagados!.

Enquanto falavam assim, ao pé da mesa de jogo onde jaziam, esquecidas, as cartas do antigo voltarete pacato, cheguei-me à janela: todo o vasto céu estava toldado duma névoa esbranquiçada; mas sob o Arco do Bandeira alargava-se um grande espaço azul, como a entrada circular dum imenso pórtico, e no centro brilhava uma larga Lua triste, muda, lívida. A colina, ao lado, com o seu castelo, recortava em escuro a sua linha mole sobre a palidez azul do fundo. Uma tristeza imensa parecia cair daquela decoração. Invadiu-me a alma uma piedade vaga pelas desgraças pátrias, e, sem saber porquê, senti-me tomado duma saudade angustiosa, a saudade de alguma coisa que desaparecera, que findara para sempre e que eu não sabia bem o que era... Em baixo, o Rossio brilhava surdamente entre as linhas iluminadas das lojas: o largo, em torno da coluna, que o luar tocava dum traço pálido, negrejava de gente: nem um grito, nem uma voz... era uma massa escura, que parecia estar ali amodorrada, arrebatada no terror instintivo que congrega os animais, esperando resignadamente a tormenta; e das casas brancas, altas, desconsoladas, caía a mesma sensação de abstenção aterrada e de concentração egoísta num medo obscuro.

De repente, do lado da Rua do Carmo, veio um rumor: era como que uma melopeia ritmada, que se sentia, que vinha no ar, que se aproximava; luzes de archotes, destacando-se no caiado das casas, apareceram à esquina do Rossio, e um grupo desembocou, marchando vivamente, ao compasso dum hino patriótico, cujo ritmo o impelia, num passo largo:

*Guerra, guerra, a guerra é santa,
Pela santa independência...*

Eram talvez vinte e pareciam, de cima, da janela, pelos chapéus altos, serem rapazes das escolas ou de alguma das associações que então abundavam na cidade.

Continuaram ao longo do Rossio, agitando os braços, erguendo a voz, num apelo à multidão escura. Mas nenhum gesto lhes respondeu; toda a massa se apinhava a ver passar aqueles entusiasmos solitários; lojas apagaram-se logo, fecharam num susto de bernarda; e naquele silêncio frio, que vinha da indiferença da gente e da mudez das fachadas, parecia que o canto se extinguia por si mesmo, que o entusiasmo se abatia, como uma bandeira a que falta a brisa, caindo ao longo do mastro! Quando chegaram perto do Teatro de D. Maria, o hino quase cessara, os archotes apagavam-se... Aquilo sumiu-se, perdeu-se entre a massa escura da gente, como um esforço efêmero de heroísmo numa vasta indiferença pública.

Recolhi-me para dentro, pensando, com a garganta apertada, que estávamos para sempre perdidos.

Enfim, como a noite se adiantava, foi necessário fazer alguma coisa para dissipar aquele pavor ambiente. Eu, o Nunes, o Correia, abancamos a um voltarete. Na sala, também decerto se sentira a necessidade de sacudir o torpor apavorado das senhoras: houve uma escala no piano, acordes abafados, e, daí a pouco, uma voz que eu conheci pela dum oficial de cavalaria, amigo da casa, ergueu-se, branda e plangente, recitando a Judia:

Dorme que eu velo, sedutora imagem...

Então aquela melodia, aquela voz mórbida e saudosa pareceram-me singularmente estranhas naquela hora. Era como que um som antigo, obsoleto, a voz dum mundo extinto, passando em sonhos. Em redor da mesa as vozes monótonas continuavam: passo, dou cartas... De baixo, do Rossio, vinha o mesmo rumor surdo da multidão que enchia a praça, e na sala, no langor amoroso do acompanhamento, balançada e com requinte, a voz do alferes suspirava:

Dorme que eu velo, sedutora imagem...

E já a essa hora o exército inimigo pisava o solo da Pátria! Pobre alferes!

Encontramo-nos mais tarde... Eu seguia então com os meus companheiros da milícia nacional. E que milícia! Tudo o que tínhamos de uniforme era um capote esfarrapado! E que armas as nossas – armas de caça! Mas enfim lá íamos, nessa fria manhã de Abril, sob a chuva torrencial.

Parece que se estava dando uma grande batalha, mas não sabíamos nada. Encontrávamo-nos ali, a meia encosta duma colina que nos escondia a vista da frente, ao pé dum casebre abandonado. Ali permanecíamos havia duas horas, com lama pelos joelhos, encharcados, depois de termos marchado toda a noite,

idiotas de fadiga, esfomeados, encostando-nos uns aos outros para não adormecer. Em volta de nós, dum céu baixo e lúgubre, caía um dilúvio; e o casebre parecia, entre as suas quatro árvores, todo envolvido de chuva, tão encolhido e tão sonolento como nós. A distância, a artilharia troava; outras vezes eram descargas secas, que pareciam o rasgar repentino duma grande peça de seda; mas nem víamos o fumo, naquela névoa de ar e de chuva. Nem sei onde estávamos, nem o que defendíamos.

Quem comandava a companhia era o alferes – o mesmo que recitava a Judia! Amarelo, encharcado, encolhido no seu capote, ia e vinha defronte de nós. Ai! Não se parecia com o alferes que torcia o bigode junto do piano, revirando olhos ternos nos versos mais tocantes.

De repente, na terra molhada, um galope surdo: é um oficial, com a farda desapertada, de espada em punho, a face acesa duma cólera de batalha; belo rapaz, com um fio de sangue a cair-lhe da orelha. Estaca o cavalo, berra com uma voz furiosa:

– Quem comanda este destacamento?

– Sou eu, meu capitão – responde o alferes, apurando-se.

– Com um milhão de diabos! Roda pela esquerda, por trás do casebre, a tomar posições na estrada, ao pé da valeta!

E partiu a galope. E lá seguimos nós, a marche-marche, na lama onde os pés se enterravam, fazendo um esforço brutal para galgar aquele terreno duma resistência mole, arquejando sob a tormenta de chuva e o estrondo da artilharia que parecia agora aproximar-se.

Passamos defronte do casebre: à porta, carros de ambulância e de dentro, gritos de feridos.

Era a primeira vez que ouvíamos aqueles brados dilacerantes de dor abandonada, e houve no destacamento como que uma impressão, uma hesitação: era a nossa carne de paisanos, de burgueses, que se recusava, àquela evidência tão brusca da morte e da dor!

– Marche! – berrou o alferes.

Chegamos à estrada: mas não víamos nada. Defronte, uma linha pálida de choupos; depois outras árvores, uma ermida no alto dum monte e, por todo o vale, a névoa agreste e áspera da chuva incessante. Paramos: à distância negrejava outro destacamento. E ali ficamos, na mesma imobilidade, sob a

água, tiritando, numa fadiga mortal. Nem um gole de aguardente... Os pés inchados nas botas encharcadas torturavam-me. E pensando nos dias da paz, quando era da poltrona do meu escritório que eu via cair a chuva, vinha-me uma cólera furiosa contra o estrangeiro, um furor de marchar avante, um desejo brutal de carnagem... E desesperado daquela imobilidade, acusava, na alucinação da cólera, os generais, o governo, todos os que estavam de cima e que me não mandavam marchar. Aquela inação era odiosa. O fato colava-se-nos ao corpo e sentíamos a água a escorrer ao comprido das pernas; as mãos gelavam sobre os canos das espingardas, na brisa aguda e agreste que soprava, encanada do vale.

De repente, um ruído surdo: era uma bateria de artilharia, galopando, a tomar posições: passou como um turbilhão, aos berros, na névoa, na chuva e na lama, aos concorvos dos cavalos, aos solavancos das carretas, num estalar furioso de chicotadas, e abalou, perdeu-se na bruma, com um rumor surdo e mole sobre a terra ensopada.

Subitamente, à nossa direita, rompe uma fuzilaria; agora sentimos o silvar das balas. Instintivamente abaixamo-nos, num recuo covarde de milícia bisonha...

– Firmes! – grita o alferes.

Diante de mim, um soldado abate-se como um fardo, sobre a lama... e fica imóvel, morto... Agora vemos nuvenzinhas de fumo pardo, que a chuva abala e o vento sacode ... O alferes, de repente, cambaleia cai sobre o joelho: está ferido no braço... mas ergue-se como uma mola, agita a espada, como doido, aos berros:

– Fogo!... Fogo!

Depois... não me recordo bem. O tremendo som da artilharia alucina-nos. É como num sonho, num sonambulismo, que faço fogo, ao acaso, contra a névoa parda que envolve tudo diante de mim.

Ao meu lado, o alferes cai outra vez: espolinha-se no chão aos gritos, num furor de agonia:

– Acabem-me, rapazes! Acabem-me, rapazes!...

Foi nesse momento que nos sentimos envolvidos, absorvidos por uma massa negra, que descia como uma tromba, na violência dum elemento! Partimos, correndo, atirando as armas, no meio duma gritaria ensurdecadora! ... Sinto que aquela enorme mole de gente se quebra, se dispersa, aos grupos; somos uns cem, no meio, que correm, caindo, erguendo-se, rolando na lama, espezzinhados

... Tenho uma vaga consciência de que é a derrota, a debandada, o pânico das milícias... e fujo, fujo com uma amargura exasperada, gritando sem saber porquê, na ânsia abjeta de achar um canto, uma casa, um buraco...

Recordo-me de ver, naquela carreira, diante de mim, um oficial em cabelo – uma figura esguedelhada e furiosa – berrando com a boca aberta, agitando a espada, querendo decerto deter a debandada. Mas a maré de gente abate-se sobre ele, embrulha-o – e eu sinto, vagamente, a minha bota escorregar sobre o seu corpo inerte e esmagado...

Oh! maldita guerra!

Como entrei em Lisboa e me achei na minha casa, realmente não sei. Sim, lembro-me de passar no Rossio, e vê-lo cheio de uma multidão horrível – toda a população dos arredores refugiando-se na fuga aterrada diante do inimigo. Era um caos de carros, de gado, de mobílias, de mulheres, gritando; uma massa brutal e apavorada, redemoinhando sobre si mesma, clamando por pão, sob a chuva implacável.

Foi em Lisboa que soube, aos fragmentos, todos os detalhes da catástrofe: as esquadras inimigas no Tejo, a cidade sem água, porque o conduto do Alviela fora cortado, a insurreição nas ruas, e uma plebe alucinada, passando do abatimento ao furor, ora arrojando-se contra as igrejas, ora pedindo armas, e juntando à confusão da derrota os horrores da demagogia!

Dias amargos! Todos os meus cabelos encaneceram.

E pensar que durante anos nos podíamos ter preparado! E pensar que, à maneira da Inglaterra, podíamos ter criado corpos de voluntários, fazendo de cada cidadão um soldado, e preparando assim, de antemão, um grande exército nacional de defesa, armado, equipado, enérgico e tendo recebido, no hábito da disciplina, o orgulho da farda...

Mas de que vale agora pensar no que se podia ter feito!.. O nosso grande mal foi o abatimento, a inércia em que tinham caído as almas! Houve ainda algum tempo em que se atribuiu todo o mal ao Governo! Acusação grotesca que ninguém hoje ousaria repetir.

Os Governos! Podiam ter criado, é certo, mais artilharia, mais ambulâncias; mas o que eles não podiam criar era uma alma enérgica ao País! Tínhamos caído numa indiferença, num cepticismo imbecil, num desdém de toda a ideia, numa repugnância de todo o esforço, numa anulação de toda a vontade... Estávamos caquéticos! O Governo, a Constituição, a própria Carta tão escarnecida, deram-nos tudo o que nos podia dar: uma liberdade ampla. Era ao abrigo dessa

liberdade que a Pátria, a massa dos portugueses tinha o dever de tornar o seu País próspero, vivo, forte, digno da independência. O Governo! O País esperava dele aquilo que devia tirar de si mesmo, pedindo ao Governo que fizesse tudo o que lhe competia a ele mesmo fazer!... Queria que o Governo lhe arroteasse as terras, que o Governo criasse a sua indústria, que o Governo escrevesse os seus livros, que o Governo alimentasse os seus filhos, que o Governo erguesse os seus edifícios, que o Governo lhe desse a ideia do seu Deus!

Sempre o Governo! O Governo devia ser o agricultor, o industrial, o comerciante, o filósofo, o sacerdote, o pintor, o arquiteto – tudo! Quando um país abdica assim nas mãos dum governo toda a sua iniciativa, e cruza os braços esperando que a civilização lhe cai feita das secretarias, como a luz lhe vem do Sol, esse país está mal: as almas perdem o vigor, os braços perdem o hábito do trabalho, a consciência perde a regra, o cérebro perde a ação. E como o governo lá está para fazer tudo – o país estira-se ao sol e acomoda-se para dormir. Mas, quando acorda – é como nós acordamos com uma sentinela estrangeira à porta do Arsenal!

Ah! Se nós tivéssemos sabido!

Mas sabemos agora! Esta cidade, hoje, parece outra. Já não é aquela multidão abatida e fúnebre, apinhada no Rossio, nas vésperas da catástrofe. Hoje, vê-se nas atitudes, nos modos, uma decisão. Cada olhar brilha dum fogo contido, mas valente; e os peitos levantam-se como se verdadeiramente contivessem um coração! Já não se vê pela cidade aquela vadiagem torpe: cada um tem a ocupação dum alto dever a cumprir.

As mulheres parecem ter sentido a sua responsabilidade, e são mães, porque têm o dever de preparar cidadãos. Agora trabalhamos. Agora, lemos a nossa história, e as próprias fachadas das casas já não têm aquela feição estúpida de faces sem ideias, porque, agora, por trás da cada vidraça, se pressente uma família unida, organizando-se fortemente.

Por mim, todos os dias levo os meus filhos à janela, tomo-os sobre os joelhos e mostro-lhes a SENTINELA! Mostro-lha, passeando devagar, de guarita em guarita, na sombra que faz o edifício ao cálido sol de Julho e embebo-os do horror, do ódio daquele soldado estrangeiro...

Conto-lhes então os detalhes da invasão, as desgraças, os episódios temerosos, os capítulos sanguinolentos da sinistra história... Depois aponto-lhes o futuro – e faço-lhes desejar ardentemente o dia em que, desta casa que habitam, desta janela, vejam, sobre a terra de Portugal, passear outra vez uma sentinela portuguesa! E, para isso, mostro-lhes o caminho seguro – aquele que nós

devíamos ter seguido: trabalhar, crer, e, sendo pequenos pelo território, sermos grandes pela atividade, pela liberdade, pela ciência, pela coragem, pela força de alma... E acostumo-os a amar a Pátria, em vez de a desprezarem, como nós fizéramos outrora.

Como me lembro! íamos para os cafés, para o Grêmio, traçar a perna, e entre duas fumaças, dizer indolentemente:

– Isto é uma choldra! Isto está perdido! Isto está aqui, está nas mãos dos outros!...

E em lugar de nos esforçarmos por salvar "isto" pedíamos mais conhaque e partíamos para o lupanar.

Ah! geração covarde, foste bem castigada!...

Mas agora, esta geração nova é doutra gente. Esta já não diz que "isto" está perdido: cala-se e espera; se não está animada, está concentrada...

E depois, nem tudo são tristezas: também temos as nossas festas! E para festa, tudo nos serve: o 1º de Dezembro, a outorga da Carta, o 24 de Julho, qualquer coisa, contando que celebre uma data nacional. Não em público – ainda o não podemos fazer – mas cada um na sua casa, à sua mesa. Nesses dias colocam-se mais flores nos vasos, decora-se o lustre com verduras, põe-se em evidência a linda velha Bandeira, as Quinas de que sorriamos e que hoje nos enternecem – e depois, todos em família cantamos em surdina, para não chamar a atenção dos espias, o velho hino, o Hino da Carta... E faz-se uma grande saúde a um futuro melhor!

E há uma consolação, uma alegria íntima, em pensar que à mesma hora, por quase todos os prédios da cidade, a geração que se prepara está celebrando, no mistério das suas salas, dum mundo quase religioso, as antigas festas da Pátria!